

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Sessão temática 3: Trabalho, Formação profissional e luta antirracista.

A EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Marcus Vinícius Santos Nascimento
(Universidade Estadual Paulista, FCHS)
e-mail: snascimento.marcus@gmail.com

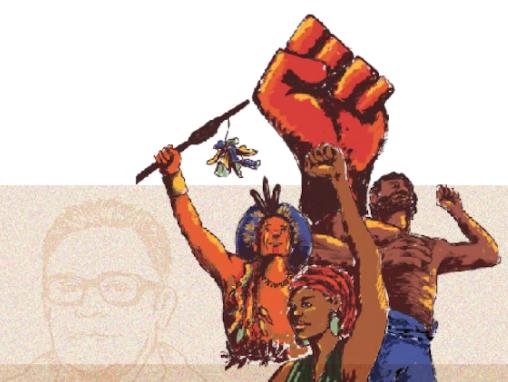
Fernanda de Oliveira Sarreta
(Universidade Estadual Paulista, FCHS)
e-mail: fernanda.sarreta@unesp.br

RESUMO: O estudo tem como objetivo geral analisar como a Educação Permanente em Saúde pode atuar como ferramenta estratégica na superação do racismo institucional e na promoção da equidade racial no SUS.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Permanente em Saúde; Racismo Institucional; Sistema Único de Saúde; Saúde da População Negra.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

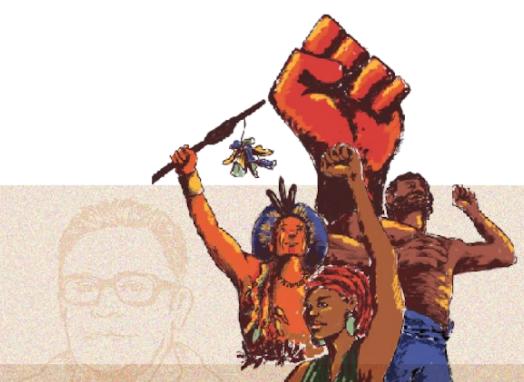
A constituição do Sistema Único de Saúde (SUS) como uma política pública universal, integral e equitativa representou um marco na consolidação dos direitos sociais no Brasil. Passadas mais de três décadas desde sua criação, a realidade concreta dos serviços de saúde denuncia contradições profundas entre esse projeto universalista e a permanência do racismo institucional. A população negra, historicamente marginalizada pelo Estado brasileiro, continua sendo discriminada nos serviços de saúde, tanto na posição de usuária quanto na de trabalhadora (Kalckmann et al., 2007). Nas últimas décadas, os movimentos sociais negros têm exercido papel central na denúncia dessas desigualdades, tensionando o Estado a reconhecer que o racismo é uma força estruturante da sociabilidade capitalista brasileira, marcada pela divisão sexual, racial e social do trabalho (González, 1984). Essa pressão culminou na promulgação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (Brasil, 2009), que representa uma conquista da luta coletiva e a afirmação de que saúde também é território de disputa racial.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Ainda assim, os desafios persistem. A efetividade dessa política esbarra em limites institucionais e na intensificação das contradições sociais, agravadas por eventos como o golpe de 2016 e a ascensão do governo fascista de Jair Bolsonaro. Como aponta Bravo (2020), nesse contexto o SUS sofreu desfinanciamento e ataques ideológicos, sendo atravessado por retrocessos como o crescimento das comunidades terapêuticas e a retomada de práticas manicoloniais (David; Vicentin, 2023) no campo da saúde mental. É nesse cenário que a Educação Permanente em Saúde (EPS) emerge como uma estratégia essencial de enfrentamento das desigualdades e de produção coletiva de novos sentidos para o trabalho profissional em saúde. Por propor a problematização do cotidiano e a articulação crítica entre saber e fazer (Sarreta, 2009), a EPS tem o potencial de subverter a lógica tecnocrática da formação em saúde. No entanto, sua efetividade frente ao racismo institucional ainda é limitada (Camargo et al., 2024).

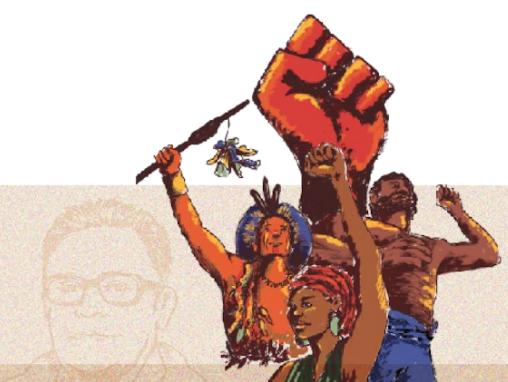
Com isso, este estudo se propõe a analisar como a Educação Permanente em Saúde pode atuar como ferramenta estratégica na superação do racismo institucional e na promoção da equidade racial no SUS. Trata-se de uma pesquisa qualitativa (Minayo, 1994), vinculada a uma dissertação de mestrado em Serviço Social, que se fundamenta nos pressupostos críticos da Saúde Coletiva latino-americana e nas contribuições da Teoria Social Crítica marxiana para a compreensão das determinações sociais do processo saúde-doença. Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma leitura crítica do Relatório Final da Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra (CRIOLA, 2023). Adicionalmente, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, reunindo estudos sobre racismo institucional, EPS e a saúde da população negra, com foco nas contribuições da Saúde Coletiva e do Serviço Social para a análise das políticas públicas de saúde voltadas à equidade racial, apoiando-nos em autores como Kalckmann et al. (2007), Sarreta (2009), David e Vicentin (2023) e Camargo et al. (2024). A interpretação dos resultados apoiou-se no materialismo histórico-dialético (Minayo, 1994), permitindo relacionar as conclusões e propostas presentes no relatório com as contradições estruturais do modelo hegemônico de formação e gestão do trabalho em saúde no Brasil.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

RESULTADOS

A PNSIPN expressa o reconhecimento das desigualdades históricas e estruturais que afetam a população negra e propõe sua superação por meio da promoção de cuidados em saúde mais equitativos (Batista; Monteiro; Medeiros, 2013). Porém, a literatura científica e as denúncias dos movimentos sociais negros são contundentes ao mostrar como o racismo expõe trabalhadores(as) negros(as) a condições de vida mais precárias (Kalckmann, et. al., 2007). Isso se dá tanto pelos impactos diretos das experiências discriminatórias, como pelas formas institucionais, subjetivas, políticas e econômicas do racismo estrutural, que determinam onde as pessoas negras vão morar, o tipo de trabalho que terão acesso, se conseguirão acessar cuidados de saúde e qual será sua posição social dentro das lógicas do modo de produção capitalista. Embora a PNSIPN proponha considerar essas realidades nas tomadas de decisão em saúde, estudos mostram que isso não tem se efetivado (Silva et al., 2022). Com frequência, as necessidades de saúde da população negra e seus saberes são ignorados (Kalckmann, et. al., 2007). Um dos obstáculos para a implementação da política está na resistência à formação crítica nos cursos da área da saúde. Ainda predomina uma abordagem descontextualizada e desracializada da saúde, onde temas como racismo, patriarcalismo e opressão de classe são pouco abordados (Silva et al., 2022). Isso compromete a formação de profissionais preparados para lidar com as especificidades da população negra e contribui para a perpetuação do racismo institucional dentro do SUS (Nascimento; Abrahão, 2024). Neste contexto, a Educação Permanente em Saúde (EPS) pode ser um dispositivo para enfrentar essa lacuna, ao promover reflexões críticas sobre as práticas cotidianas de cuidado. Sarreta (2009) define a EPS como um processo pedagógico coletivo e dialógico, voltado à autonomia dos sujeitos e à problematização das práticas. No entanto, é preciso reconhecer que sua objetivação prática no cotidiano dos equipamentos de saúde tem sido esvaziada por desarticuladas das realidades locais, sendo que muitas vezes a EPS também se apresenta dissociada do debate racial (Camargo et al., 2024). O Relatório Final da Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra (2023) é uma expressão fundamental da participação popular, que reafirma a urgência de uma formação contínua e antirracista. Ao denunciar o racismo institucional e as dificuldades enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, o relatório oferece diretrizes para a construção de práticas que contemplam as especificidades dessa população.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

Conforme propõe o relatório (CRIOLA, 2023), a construção da EPS em uma perspectiva antirracista pressupõe sua integração aos currículos universitários e à formação continuada dos profissionais de saúde, com articulação entre universidades, coletivos e movimentos sociais negros. Isso inclui ações como rodas de conversa, debates com lideranças negras e análise crítica dos fluxos de atendimento a partir de uma perspectiva interseccional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A persistência racismo institucional no SUS e as dificuldades de implementação da PNSIPN revelam a necessidade de uma formação em saúde que enfrente desigualdades raciais historicamente naturalizadas nas práticas e saberes do sistema. A Educação Permanente potencial para ser um instrumento de transformação da realidade, desde que orientada por uma escuta ativa dos territórios, pela valorização dos saberes da população negra e por um compromisso ético-político com a justiça racial.

A análise do Relatório Final da Conferência Nacional Livre de Saúde da População Negra (CRIOLA, 2023) reafirma a urgência de consolidar uma EPS antirracista, articulada às demandas populares e sustentada por políticas públicas que reconheçam o racismo como determinante social da saúde. Além de espaço pedagógico, a EPS deve ser compreendida como prática política que envolve trabalhadores, gestão, movimentos sociais e instituições formadoras (CRIOLA, 2023). É importante ressaltar que, consolidar esse horizonte requer investimentos institucionais, abordagens interseccionais e o fortalecimento da participação social como dimensão formativa.

Além disso, a EPS precisa estar atenta à realidade social em sua totalidade, dinâmica e contraditória. O recrudescimento da crise do capital que atinge o Sistema Único de Saúde também tem seus desdobramentos sobre a racialização e o racismo que atravessa o cotidiano profissional e não podem ser desconsiderados, assim, defende-se que o combate ao racismo deve se dar em uma direção interseccional e anticapitalista. Uma EPS comprometida com a equidade racial contribui não apenas para a efetivação da PNSIPN, mas também para a reconstrução de um SUS verdadeiramente democrático, inclusivo e emancipador.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

REFERÊNCIAS

BATISTA, L. E.; MONTEIRO, R. B.; MEDEIROS, R. A. Iniquidades raciais e saúde: o ciclo da política de saúde da população negra. **Saúde em Debate**, v. 37, n. 99, p. 681–690, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**: uma política para o SUS. 3. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:
https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/equidade/publicacoes/populacao-negra/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo de. A saúde nos governos Temer e Bolsonaro: lutas e resistências. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191–209, jan./jun. 2020. Disponível em:
https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/25630. Acesso em: 5 maio 2025.

CAMARGO, J. DA C. S. DE et al. Ações de educação permanente: recorte na saúde da população negra. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 16, n. 6, p. e4567, 2024.

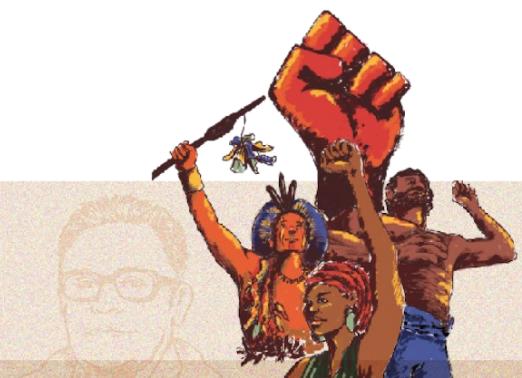
DAVID, Emiliano de Camargo; VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **Práticas Antirracistas Sociedade**, v. 35, e277115, 2023. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277115>. Acesso em: 5 maio 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

KALCKMANN, Suzana; SANTOS, Claudete Gomes dos; BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins da. Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155, 2007. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S0104-12902007000200004>. Acesso em: 5 maio 2025.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, M. V. S.; ABRAHÃO, A. L. B. Racismo institucional e cuidado em saúde mental da população negra. In: Discursos, Memórias Negras e Esperança na América Latina. **Anais**. UNIRIO, 2024.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO
ANTIRRACISTA
NO SERVIÇO SOCIAL

SILVA, S. O. DA et al. "Na verdade eu nunca participei e nem ouvi falar sobre": a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra na perspectiva de gestores e profissionais da saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 4, 2022.

**MARXISMO,
SUJEITOS HISTÓRICOS
E TERRITÓRIOS
DE RESISTÊNCIA**
CENTENÁRIO DE
CLÓVIS MOURA

**12 E 13 DE JUNHO
DE 2025**
UFES - VITÓRIA

